



A importância das Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do Sistema Único de Saúde

Danilo Guimarães de Sousa ^{1*} 

¹ Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, Amélia Rodrigues Bahia, Brasil

Práticas Integrativas e Complementares (PICS) são um conjunto de terapias e práticas medicinais que contemplam as chamadas Medicina Tradicional (MT) e Medicina Alternativa e Complementar (MAC) [1]. Tratam-se de recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase em tecnologias leves (acolhimento, escuta, vínculo terapêutico) fomentando integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade [2]. As PICS, por privilegiarem a atividade terapêutica e se basearem em teorias voltadas para os aspectos ambientais e comportamentais do processo saúde-doença, caracterizam-se como estratégias potentes para o enfrentamento dos novos desafios na atenção e cuidado à saúde [3].

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) reconhece e incorpora o uso de novas abordagens de cuidado por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída pela Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006. A PNPIC, em consonância com outras políticas, visa a reorganizar os níveis de atenção e a auxiliar na implementação de novas técnicas de cuidado no âmbito do SUS [4]. De acordo com os relatórios de monitoramento divulgados pelo Ministério da Saúde, a aplicação das PICS está presente em todos os níveis de atenção à saúde do SUS (Atenção Primária à Saúde - APS, média complexidade e alta complexidade), mas com grande destaque para a área de atenção primária à saúde (principal porta de entrada do SUS), concentrando-se de forma absolutamente expressiva (90%) neste nível.

Conforme consta na PNPIC, a incorporação dessas práticas na saúde pública se justifica principalmente pela garantia do princípio da integralidade. Neste sentido, sua principal finalidade é atender a necessidade de conhecer, apoiar e incorporar as experiências com PICS já em andamento na rede pública de saúde visando estimular os mecanismos naturais de prevenção, recuperação e promoção da saúde, com ênfase na APS [3]. Os profissionais e usuários buscam nas PICS possibilidades de melhoria da saúde e da qualidade de vida. A autonomia dos usuários em optar pelos tratamentos complementares os faz sentir protagonistas e corresponsáveis pelo próprio

*Correspondence:
Avenida Justiniano Silva, 98, Centro, Amélia Rodrigues, BA, Brasil. CEP 44.230-000.
E-mail: danilogs26@gmail.com

cuidado [5]. Outros benefícios percebidos são a maior qualidade de vida, a integração social e a busca de autonomia, em que o usuário é visto como um sujeito ativo [6].

O desenvolvimento das PICS na rede pública de saúde brasileira está em lento processo de expansão. Visto que o cenário atual é de escassos investimentos tanto na implantação das PICS quanto na formação e atualização dos profissionais, tornando-se evidente a necessidade de maior interesse e atenção especial pelos órgãos competentes. Além disso, sabe-se que as PICS trazem ganhos com custos relativamente baixos. Sendo assim, a implementação das PICS no SUS, em todos os seus níveis, beneficiará tanto os usuários quanto os profissionais vinculados ao sistema público de saúde.

Estudos e debates devem ser desenvolvidos com o fito de apontar as evidências de tais práticas.

REFERÊNCIAS

1. GLASS, L.; LIMA, N.W.; NASCIMENTO, M.M. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde do Brasil: disputas político-epistemológicas. *Saúde Soc.* São Paulo, v.30, n.2, e200260, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VrpXFjHpkQnxkwfBMtnNLmr/?format=pdf&lang=pt>
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. COORDENAÇÃO NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE. Contexto histórico da institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/atencao-basica/nucleos/nucleo-de-atencao-as-pessoas-com-doencas-chronicas/pics/guia-de-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude-para-os-gestores-do-sus/17736-livreto-1-contexto-historico-da-institucionalizacao-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude-no-sus/file>
3. Habimorad, P.H.L, Catarucci, F.M, Bruno, V.H.T, Beteto, I.S, Fernandes, V.C, Demarzo, M.M.P, Spagnuolo, R.S, Patricio, K.P. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(2):395-405, 2020. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/potencialidades-e-fragilidades-de-implantacao-da-politica-nacional-de-praticas-integrativas-e-complementares-revisao-narrativa/16816?id=16816>
4. FERRAZ, I.S.; CLIMACO, L.C.C.; ALMEIDA, J.S.; ARAGÃO, S.A.; REIS, L.A.; FILHO, I.E.M. Expansão das práticas integrativas e complementares no Brasil e o processo de implantação no sistema único de saúde. *Enfermería Actual de Costa Rica*, San José, n. 38, p. 196-208, June 2020. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-

45682020000100196&lng=en&nrm=iso

5. AGUIAR, J.; KANAN, L.A.; MASIERO, A.V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro (43): 123, p. 1205-1218, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/?format=pdf&lang=pt>
6. PEREIRA, L.F.; RECH, C.R.; MORINI, S. Autonomia e Práticas Integrativas e Complementares: significados e relações para usuários e profissionais da Atenção Primária à Saúde. *Interface (Botucatu)*. 2021; 25: e200079. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KQzh8SwcCc8rRrNgfjgfKgb/?format=pdf&lang=pt>